

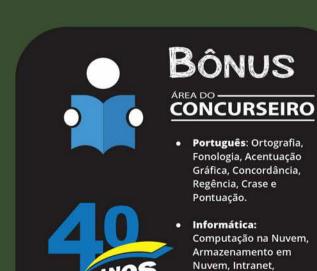
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

ASSISTENTE DE ALUNO

- Língua Portuguesa
- Noções de Informática
- ▶ Raciocínio Lógico
- Legislação
- Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL N° 1, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025



Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança

da informação.

AVISO Solução par o seu concurso IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- x Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- 🗶 Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação: https://www.editorasolucao.com.br/





IFES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

Assistente de Aluno

EDITAL Nº 1, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025

CÓD: SL-1510T-25 7908433285427

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1.	Leitura e interpretação de textos de gêneros variados	9
2.	Conceitos básicos de semântica: denotação, conotação, hipônimo, hiperônimo, polissemia, ironia e ambiguidade	10
3.	Pontuação	16
4.	Ortografia	22
5.	Acentuação gráfica	28
6.	Coesão e coerência textuais	29
7.	Classes morfológicas: função das palavras nos enunciados	34
8.	Sintaxe do período simples; sintaxe do período composto	43
9.	Concordância nominal e verbal	48
10.	Transposição entre discurso direto e indireto	52
No	oções de Informática	
1.	Arquitetura de computadores: conceitos fundamentais, tipos, características e funcionamento dos principais componentes de hardware: unidade central de processamento (cpu), memória (ram e rom), dispositivos de armazenamento (hd, ssd, nvme), placa-mãebarramentos e chipset. periféricos de entrada e saída. tipos de conexões e conectores (usb, hdmi, sata, pcie, bluetooth, firewire etc.)	63
2.	Representação e codificação de dados: bits, bytes	66
3.	Sistemas de numeração (binário e decimal)	67
4.	Sistemas operacionais: ambientes windows e linux: conceitos, principais versões, instalação, comandos, configuração e utilização de recursos. sistemas de arquivos (fat, ntfs, ext4, etc.), gerenciamento de arquivos, pastas, programas e usuários. utilitários e ferramentas administrativas	68
5.	Softwares e aplicativos: tipos de software: aplicativos, utilitários e drivers	94
6.	Compactadores de arquivos (zip, rar, 7z)	95
7.	Pacotes de escritório microsoft office e libreoffice: conceitos, características, atalhos de teclado, formatação de textos (word/writer), criação e manipulação de planilhas (excel/calc), elaboração e exibição de apresentações (powerpoint/	0.5
_	impress)	96
8.	Segurança da informação: conceitos básicos e fundamentos da segurança da informação: confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e não repúdio. criptografia: conceitos, protocolos e aplicações; criptografia simétrica e assimétrica; principais algoritmos criptográficos (aes, rsa, sha). assinatura e certificação digital, autenticação e controle de acesso. tipos de ataques: spoofing, flood, dos, ddos, pharming, phishing, engenharia social. códigos maliciosos (malwares): vírus, worms, cavalos de troia, ransomware, spyware, adware, keyloggers, rootkits, backdoors	144
9.	Noções de internet: conceitos e funcionamento da internet e da web. navegadores (edge, chrome, firefox etc.) configurações, favoritos, histórico, extensões e cache. mecanismos de busca e operadores de pesquisa	150
10.	Correio eletrônico: conceitos, funcionamento, anexos e segurança	154
11.	Ferramentas para comunicação e colaboração on-line (teams, meet, zoom etc.)	157
12.	Redes de computadores: fundamentos e conceitos de redes: componentes, meios de transmissão, cabeamento estruturado e dispositivos de interconexão. modelos de referência osi e tcp/ip: camadas, protocolos e funções. topologias de rede, tipos de redes (lan, man, wan, wlan, vpn). equipamentos de rede: hubs, switchesroteadores, bridges, gateways, access points. endereçamento físico (mac) e lógico (ipv4 e ipv6), máscaras de sub-rede, dns e dhcp	159
13.	Computação em nuvem: conceitos, fundamentos e características da computação em nuvem. modelos de serviço: iaas,	
	paas e saas	167



ÍNDICE

Raciocínio Lógico

1.	Raciocínio lógico numérico: resolução de problemas envolvendo números racionais e reais	175
2.	Noções de conjuntos	176
3.	Porcentagem	179
4.	Máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum	180
5.	Problemas de contagem: princípio fundamental da contagem, arranjos, combinações e permutações	182
6.	Noções de probabilidade	186
7.	Sequências e padrões (com números, figuras ou palavras)	187
8.	Raciocínio lógico: proposições, conectivos, negação, equivalência e implicação lógica. condição necessária e suficiente	189
9.	Argumentação lógica	195
Le	egislação	
1.	Constituição federal de 1988 (princípios fundamentais: artigos 1º ao 4º; direitos e garantias fundamentais: artigos 5º ao 17; organização do estado: artigos 18 ao 43. da administração pública: artigos 37 ao 41)	203
2.	Lei nº 8.112/1990 e suas atualizações – regime jurídico dos servidores públicos civis da união (disposições preliminares: artigos 1º ao 4º; provimentovacância, remoção, redistribuição e substituição: artigos 5º ao 39; direitos e vantagens: artigos 40 ao 115; regime disciplinar: artigos 116 ao 142)	229
3.	Lei nº 11.091/2005 e suas atualizações – plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação. estrutura da carreira, progressões, requisitos para ascensão funcional e avaliações de desempenho	245
4.	Lei nº 9.784/1999 e suas atualizações – processo administrativo federal. princípios e normas que regem o processo administrativo na administração pública federal, desde a instauração até a conclusão dos procedimentos	251
5.	Decreto nº 1.171/1994 – código de ética profissional do servidor público. princípios éticos, deveres do servidor e penalidades em caso de descumprimento do código e sua atualização pelo decreto nº 6.029/2007	257
6.	Lei nº 8.429/1992, com alterações da lei nº 14.230/2021 – lei de improbidade administrativa; (disposições gerais, atos de improbidade, penas e requisitos para declaração de bens e acompanhamento patrimonial)	259
7.	Lei nº 12.527/2011, com alterações da lei nº 14.129/2021 e lei nº 15.141/2025 – lei de acesso à informação (lai) (direitos de acesso à informação, deveres da administração pública, procedimentos de transparência e restrições de acesso às informações) e com regulamentação do decreto nº 7.724/2012 e lei nº 13.709/2018 e suas atualizações	268
8.	Lei nº 13.709/2018 e suas atualizações — lei geral de proteção de dados pessoais (lgpd); (princípios e regras sobre o tratamento de dados pessoais por pessoas físicas e jurídicas, com destaque para o setor público)	276
9.	Decreto nº 11.072/2022 – programa de gestão e desempenho; normas para gestão de desempenho, metas, objetivos, e avaliações dos servidores públicos	289

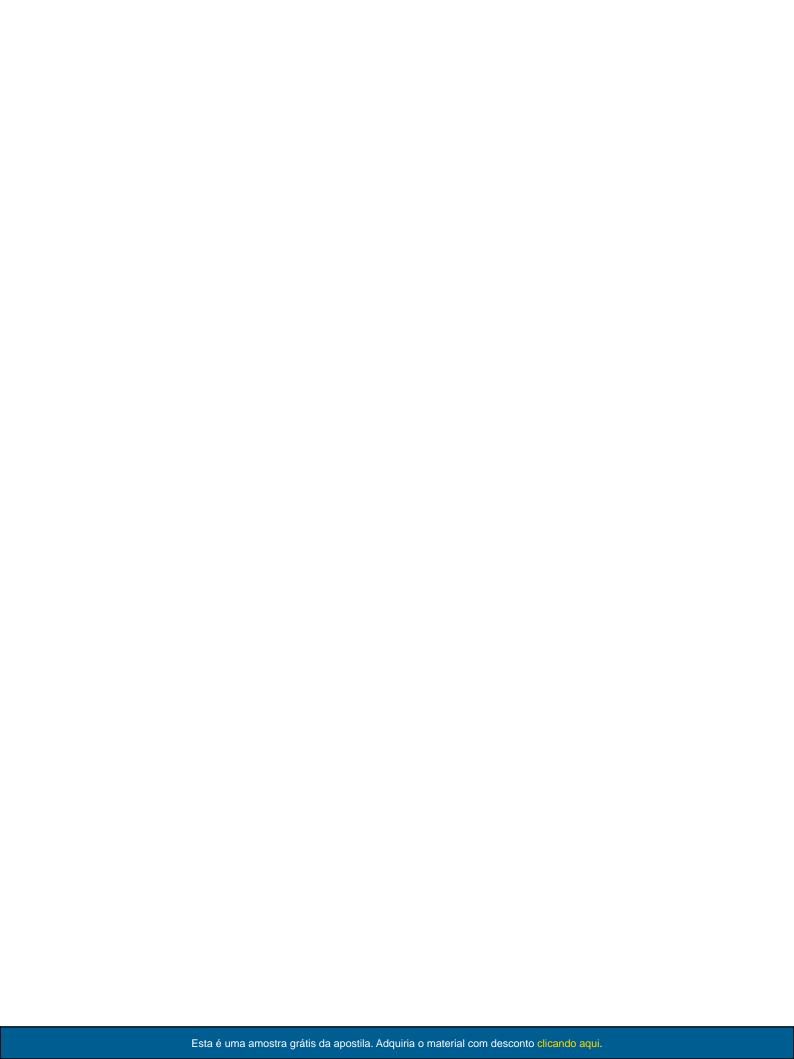


ÍNDICE

Conhecimentos Específicos Assistente de Aluno

1.	Ética, disciplina e indisciplina discente	297
2.	Contexto social e escolar: diversidade cultural e de gênero e relações étnico-raciais	298
3.	Discência e saúde mental	302
4.	Inclusão da pessoa com deficiência no espaço-tempo escolar	302
5.	Fenômeno do bullying e do cyberbullying	309
6.	Cultura da paz e mediação de conflito	310
7.	Proteção e direitos do adolescente	316
8.	Relações interpessoais no trabalho e ética profissional	318
9.	Gestão democrática na escola e o projeto político-pedagógico	324
10.	Desenvolvimento institucional do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do espírito santo	327





LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: "Jorge era infeliz quando fumava", a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase "Jorge era infeliz quando fumava", a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica "pare" por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.



Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

► Importância da Compreensão dos Tipos de Linguagem

Entender os tipos de linguagem é crucial para uma interpretação de textos eficaz, pois permite que o leitor reconheça como as mensagens são construídas e transmitidas. Em textos que utilizam apenas a linguagem verbal, a atenção deve estar voltada para o que está sendo dito e como as ideias são organizadas. Já em textos que empregam a linguagem nãoverbal ou mista, o leitor deve ser capaz de identificar e interpretar símbolos, imagens e outros elementos visuais, integrando-os ao conteúdo verbal para chegar a uma interpretação completa.

Desenvolver a habilidade de identificar e interpretar os diferentes tipos de linguagem contribui para uma leitura mais crítica e aprofundada, algo essencial em provas que avaliam a competência em Língua Portuguesa. Essa habilidade é um diferencial importante para a compreensão do que está explicitamente escrito e para a interpretação das nuances que a linguagem não-verbal ou mista pode adicionar ao texto.

CONCEITOS BÁSICOS DE SEMÂNTICA: DENOTAÇÃO, CONOTAÇÃO, HIPÔNIMO, HIPERÔNIMO, POLISSEMIA, IRONIA E AMBIGUIDADE

ANTÔNIMO E SINÔNIMO

A compreensão de antônimos e sinônimos é fundamental para enriquecer o vocabulário e tornar a comunicação mais variada e expressiva. Esses conceitos desempenham um papel crucial na produção textual e na interpretação de textos, ajudando a evitar repetições indesejadas e a construir discursos mais coesos e precisos.

Antônimo: Palavras de Sentidos Opostos

Antônimos são palavras que possuem significados opostos ou contrários entre si. Eles são utilizados para criar contrastes e realçar diferenças em um texto, contribuindo para a clareza e a força do discurso. A habilidade de identificar e usar antônimos corretamente é uma ferramenta valiosa para quem deseja aprimorar a expressão escrita e oral.

Exemplos de Antônimos:

- Felicidade vs. Tristeza: A felicidade representa um estado de contentamento e alegria, enquanto a tristeza denota um estado de desânimo ou infelicidade.
- Homem vs. Mulher: Aqui, temos a oposição entre os gêneros, onde o homem representa o masculino e a mulher, o feminino.
- Claro vs. Escuro: Estes termos indicam a presença ou ausência de luz, respectivamente.

Os antônimos também podem ser úteis na elaboração de comparações e na construção de argumentos. Por exemplo, ao escrever uma redação, ao mostrar um ponto de vista negativo e depois contrastá-lo com um ponto de vista positivo, a ideia é reforçada e o texto ganha em riqueza argumentativa.

SINÔNIMO: PALAVRAS DE SENTIDOS SEMELHANTES

Sinônimos são palavras que possuem significados iguais ou muito parecidos e que, portanto, podem substituir uma à outra em diferentes contextos sem alterar o sentido da frase. O uso de sinônimos é especialmente útil na produção de textos mais sofisticados, pois permite evitar a repetição excessiva de palavras, tornando a escrita mais fluida e interessante.

Exemplos de Sinônimos:

- Felicidade: alegria, contentamento, júbilo.
- Homem: varão, macho, cavalheiro.
- Inteligente: sábio, esperto, perspicaz.

O uso adequado de sinônimos demonstra um domínio amplo do vocabulário e a capacidade de adaptar a linguagem a diferentes contextos, o que é especialmente importante em redações de concursos públicos e exames, nos quais a repetição excessiva de termos pode ser vista como uma limitação do repertório linguístico do candidato.



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

ARQUITETURA DE COMPUTADORES: CONCEITOS FUNDAMENTAIS, TIPOS, CARACTERÍSTICAS E FUNCIONAMENTO DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DE HARDWARE: UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO (CPU), MEMÓRIA (RAM E ROM), DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO (HD, SSD, NVME), PLACA-MÃEBARRAMENTOS E CHIPSET. PERIFÉRICOS DE ENTRADA E SAÍDA. TIPOS DE CONEXÕES E CONECTORES (USB, HDMI, SATA, PCIE, BLUETOOTH, FIREWIRE ETC.)

Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de "fila" para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



Cooler

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler



Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe

Fonte

A fonte de alimentação é o componente que fornece energia elétrica para o computador. Ela converte a corrente alternada (AC) da tomada em corrente contínua (DC) que pode ser usada pelos componentes internos do computador.



Fonte

Placas de vídeo

São dispositivos responsáveis por renderizar as imagens para serem exibidas no monitor. Elas processam dados gráficos e os convertem em sinais visuais, sendo essenciais para jogos, edição de vídeo e outras aplicações gráficas intensivas.



Placa de vídeo

Memória RAM

Random Access Memory ou Memória de Acesso Randômico é uma memória volátil e rápida que armazena temporariamente os dados dos programas que estão em execução no computador. Ela perde o conteúdo quando o computador é desligado.



Memória RAM

Memória ROM

Read Only Memory ou Memória Somente de Leitura é uma memória não volátil que armazena permanentemente as instruções básicas para o funcionamento do computador, como o BIOS (Basic Input/Output System ou Sistema Básico de Entrada/Saída). Ela não perde o conteúdo quando o computador é desligado.

Memória cache

Esta é uma memória muito rápida e pequena que armazena temporariamente os dados mais usados pelo processador, para acelerar o seu desempenho. Ela pode ser interna (dentro do processador) ou externa (entre o processador e a memória RAM).



RACIOCÍNIO LÓGICO

RACIOCÍNIO LÓGICO NUMÉRICO: RESOLUÇÃO DE PRO-BLEMAS ENVOLVENDO NÚMEROS RACIONAIS E REAIS

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

A habilidade de resolver problemas matemáticos é aprimorada através da prática e do entendimento dos conceitos fundamentais. A manipulação de números racionais, seja em forma fracionária ou decimal, mostra-se como um aspecto essencial. A familiaridade com essas representações numéricas e a capacidade de transitar entre elas são competências essenciais para a resolução de uma ampla gama de questões matemáticas.

Vejamos alguns exemplos:

1. (VUNESP)

Em um condomínio, a caixa d'água do bloco A contém 10 000 litros a mais de água do que a caixa d'água do bloco B. Foram transferidos 2 000 litros de água da caixa d'água do bloco A para a do bloco B, ficando o bloco A com o dobro de água armazenada em relação ao bloco B. Após a transferência, a diferença das reservas de água entre as caixas dos blocos A e B, em litros, vale

(A) 4 000.

(B) 4 500.

(C) 5 000.

(D) 5 500.

(E) 6 000.

Resolução:

A = B + 10000 (I)

Transferidos: A - 2000 = 2.B, ou seja, A = 2.B + 2000 (II)

Substituindo a equação (II) na equação (I), temos:

2.B + 2000 = B + 10000

2.B - B = 10000 - 2000

B = 8000 litros (no início)

Assim, A = 8000 + 10000 = 18000 litros (no início)

Portanto, após a transferência, fica:

A' = 18000 - 2000 = 16000 litros

B' = 8000 + 2000 = 10000 litros

Por fim, a diferença é de : 16000 – 10000 = 6000 litros

Resposta: E.

2. (AOCP)

Uma revista perdeu 1/5 dos seus 200.000 leitores.

Quantos leitores essa revista perdeu?

(A) 40.000.

(B) 50.000.

(C) 75.000.

(D) 95.000.

(E) 100.000.

Resolução:

Observe que os 200.000 leitores representa o todo, daí devemos encontrar 1/5 desses leitores, ou seja, encontrar 1/5 de 200.000.

 $1/5 \times 200.000 = \frac{1x200.000}{5} = \frac{200.000}{5} = 40.000$

Desta forma, 40000 representa a quantidade que essa revista perdeu

Resposta: A.

3. (VUNESP)

Uma pessoa está montando um quebra-cabeça que possui, no total, 512 peças. No 1.º dia foram montados 5/16 do número total de peças e, no 2.º dia foram montados 3/8 do número de peças restantes. O número de peças que ainda precisam ser montadas para finalizar o quebra-cabeca é:

(A) 190.

(B) 200.

(C) 210.

(D) 220.

(E) 230.

Resolução:

Neste exercício temos que 512 é o total de peças, e queremos encontrar a parte, portanto é a mesma forma de resolução do exercício anterior:

No 1.º dia foram montados 5/16 do número total de peças Logo é 5/16 de 512, ou seja:

$$\frac{5}{16}x512 = \frac{5x512}{16} = \frac{2560}{16} = 160$$

Assim, 160 representa a quantidade de peças que foram montadas no primeiro dia. Para o segundo dia teremos 512 – 160 = 352 peças restantes, então devemos encontrar 3/8 de 352, que foi a quantidade montada no segundo dia.

$$\frac{3}{8}x352 = \frac{3x352}{8} = \frac{1056}{8} = 132$$

Logo, para encontrar quantas peças ainda precisam ser montadas iremos fazer a subtração 352 - 132 = 220.

Resposta: D.

4. (Pref. Maranguape/CE)

João gastou R\$ 23,00, equivalente a terça parte de 3/5 de sua mesada. Desse modo, a metade do valor da mesada de João é igual a:

(A) R\$ 57,50;

(B) R\$ 115,00;

(C) R\$ 172,50;



(D) R\$ 68.50.

Resolução:

Vamos representar a mesada pela letra x.

Como ele gastou a terça parte (que seria 1/3) de 3/5 da mesada (que equivale a 23,00), podemos escrever da seguinte maneira:

$$\frac{1}{3} \cdot \frac{3}{5} x = \frac{x}{5} = 23 \rightarrow x = 23.5 \rightarrow x = 115$$

Logo, a metade de 115 = 115/2 = 57,50 Resposta: A.

5. (CESGRANRIO)

Certa praça tem 720 m² de área. Nessa praça será construído um chafariz que ocupará 600 dm².

Que fração da área da praça será ocupada pelo chafariz?

- (A) 1/600
- (B) 1/120
- (C) 1/90
- (D) 1/60
- (E) 1/12

Resolução: 600 dm² = 6 m²

$$\frac{6}{720}: \frac{6}{6} = \frac{1}{120}$$

Resposta: B.

NOÇÕES DE CONJUNTOS

TEORIA DOS CONJUNTOS

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

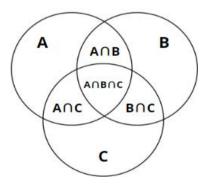
- ∈: pertence
- ∉: não pertence
- ⊂: está contido
- ⊄: não está contido
- ⊃: contém
- ⊅: não contém

- /: tal que
- ⇒: implica que
- ⇔: se,e somente se
- ∃: existe
- ∄: não existe
- ∀: para todo(ou qualquer que seja)
- Ø: conjunto vazio
- N: conjunto dos números naturais
- Z: conjunto dos números inteiros
- Q: conjunto dos números racionais
- I: conjunto dos números irracionais
- R: conjunto dos números reais

► Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto. Exemplo: S={1, 3, 5, 7, 9}
- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos. Exemplo: $B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$
- Enumerando esses elementos temos. Exemplo: B = {0,1,2,3,4,5,6,7}
- Através do Diagrama de Venn que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos. Exemplo:



Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

- A é subconjunto de B ou A é parte de B
- A está contido em B escrevemos: A ⊂ B
- Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B, escrevemos: $A \not\subset B$

► Igualdade de conjuntos

Para todos os conjuntos A, B e C, para todos os objetos $x \in U$ (conjunto universo), temos que:

- A = A.
- Se A = B, então B = A.
- Se A = B e B = C, então A = C.



LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (PRINCÍPIOS FUNDA-MENTAIS: ARTIGOS 1º AO 4º; DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: ARTIGOS 5º AO 17; ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: ARTIGOS 18 AO 43. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ARTIGOS 37 AO 41)

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, fundase na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição".

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I a soberania;
- II a cidadania
- III a dignidade da pessoa humana;
- IV os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
 - V o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II garantir o desenvolvimento nacional;
- III erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege - se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I independência nacional;
- II prevalência dos direitos humanos;
- III autodeterminação dos povos;
- IV não intervenção;
- V igualdade entre os Estados;
- VI defesa da paz;
- VII solução pacífica dos conflitos;



VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino - americana de nações.

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

▶ Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualam.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

► Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

▶ Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

► Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- I homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- II ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- III ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- IV é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- V é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

 VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva:

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

 IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;(Vide Lei nº 13.105, de



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ÉTICA, DISCIPLINA E INDISCIPLINA DISCENTE

Ética

A ética dos estudantes nas relações educacionais é um tema de extrema relevância que transcende o ambiente acadêmico, moldando não apenas a conduta dos indivíduos no presente, mas também influenciando o desenvolvimento de cidadãos éticos e responsáveis para o futuro. A interseção entre ética e educação vai além do mero cumprimento de regras; ela se manifesta na construção de um *ethos* que promove valores fundamentais e orienta as interações sociais.

Em sua essência, a ética dos estudantes nas relações referese à capacidade de discernir entre o certo e o errado, à prática de comportamentos moralmente aceitáveis e à busca constante de uma conduta íntegra. No contexto educacional, isso se traduz em um conjunto de valores que permeia a convivência dentro e fora das salas de aula, estabelecendo as bases para uma comunidade escolar harmoniosa e produtiva.

A promoção da ética entre os estudantes implica, inicialmente, na compreensão e internalização de princípios éticos fundamentais, como respeito, responsabilidade, honestidade e empatia. Estes valores não apenas contribuem para a formação do caráter, mas também estabelecem alicerces sólidos para relações saudáveis entre os pares, professores e demais membros da comunidade escolar.

A ética dos estudantes também se revela na forma como lidam com os desafios acadêmicos, como a honestidade intelectual em tarefas e avaliações. A prática da ética acadêmica não apenas preserva a integridade do processo educacional, mas prepara os estudantes para enfrentar desafios éticos mais complexos ao longo de suas vidas.

Além disso, a ética nas relações educacionais se estende ao uso responsável da tecnologia. A era digital trouxe consigo novos desafios éticos, como o plágio digital, a disseminação de informações falsas e a prática do cyberbullying. Estudantes éticos são aqueles que utilizam as ferramentas digitais de maneira responsável, respeitando a privacidade e a integridade alheias.

A formação ética dos estudantes não é apenas uma responsabilidade individual; ela é fomentada pelo ambiente educacional. Educadores desempenham um papel crucial ao modelar comportamentos éticos, proporcionar orientação moral e criar um contexto que incentive a reflexão ética. Estratégias pedagógicas que envolvem a discussão aberta sobre questões éticas, a análise de casos e a promoção de debates construtivos contribuem para a construção de uma consciência ética robusta.

A educação ética, no entanto, não é uma jornada unilateral. A participação ativa dos estudantes, por meio de programas de liderança, grupos de discussão e projetos comunitários, é essencial para a construção de uma comunidade escolar ética e engajada. O diálogo constante entre estudantes, professores e pais também desempenha um papel significativo na promoção de uma cultura ética aberta e inclusiva.

Em síntese, a ética dos estudantes nas relações educacionais é um componente vital para o desenvolvimento holístico dos indivíduos. Vai além das regras institucionais, abraçando a formação de valores intrínsecos que moldam a maneira como os estudantes interagem consigo mesmos, com os outros e com o mundo ao seu redor. Ao investir na educação ética, as instituições educacionais contribuem não apenas para a formação de acadêmicos competentes, mas, acima de tudo, para a construção de cidadãos éticos e responsáveis que irão contribuir positivamente para a sociedade.

Disciplina e Indisciplina

O tema da disciplina e indisciplina dos estudantes nas relações educacionais é um complexo e dinâmico campo que permeia o cotidiano das instituições de ensino, influenciando diretamente o ambiente de aprendizagem, as relações interpessoais e o processo educacional como um todo. Discutir essa dicotomia exige uma análise profunda das causas subjacentes, das estratégias de abordagem e das implicações mais amplas para o desenvolvimento dos estudantes e o funcionamento das escolas.

A disciplina, compreendida como um conjunto de normas e regras que norteiam o comportamento dos estudantes, é essencial para estabelecer uma estrutura que propicie a aprendizagem. Ela não deve ser percebida apenas como uma imposição externa, mas como um componente pedagógico fundamental. A disciplina bem aplicada cria um ambiente propício para o desenvolvimento acadêmico e pessoal, promovendo a responsabilidade e a autorregulação entre os estudantes.

No entanto, a indisciplina, entendida como o desrespeito ou a quebra dessas normas, surge como um desafio significativo. Comportamentos indisciplinados podem variar desde pequenas transgressões até atos mais graves de violência. Identificar as causas da indisciplina é crucial para implementar estratégias preventivas e corretivas eficazes.

As causas da indisciplina são multifacetadas. Questões familiares, problemas emocionais, dificuldades acadêmicas e influências sociais podem contribuir para comportamentos indesejados. Compreender esses fatores é fundamental para desenvolver abordagens personalizadas que abordem as necessidades individuais dos estudantes.



O papel do educador na gestão da disciplina e indisciplina é de suma importância. Os professores não são apenas transmissores de conhecimento; são modeladores de comportamento, orientadores e mediadores. Estratégias que envolvem a promoção de uma cultura de respeito mútuo, a resolução pacífica de conflitos e o estímulo à participação ativa dos estudantes nas decisões da sala de aula contribuem para a gestão positiva da disciplina.

É importante ressaltar que a disciplina não deve ser meramente punitiva. Abordagens restaurativas, como a mediação de conflitos e a reflexão sobre o comportamento, proporcionam oportunidades para os estudantes aprenderem com seus erros e desenvolverem habilidades sociais essenciais.

Além disso, a criação de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor é uma estratégia preventiva eficaz. Programas que promovem a empatia, a compreensão mútua e o respeito à diversidade contribuem para a construção de relações saudáveis entre os estudantes.

Em última análise, a gestão da disciplina e indisciplina dos estudantes nas relações educacionais requer uma abordagem holística. Não se trata apenas de impor regras, mas de cultivar um ambiente que incentive o crescimento pessoal, o respeito mútuo e a autorregulação. Ao investir na promoção de uma cultura escolar positiva, as instituições educacionais podem criar espaços propícios para o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para a vida em sociedade.

CONTEXTO SOCIAL E ESCOLAR: DIVERSIDADE CULTURAL E DE GÊNERO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

DIVERSIDADE CULTURAL

Diversidade cultural pode ser entendida como a pluralidade de diferentes culturas existentes em uma mesma sociedade.

A sociedade brasileira possui ampla diversidade cultural, determinada pelas muitas colonizações e sua grande extensão territorial.

Nossa sociedade formou-se a partir da miscigenação de povos. Indígenas, africanos, europeus entre outros contribuíram com elementos de suas culturas para a nossa diversidade cultural.

CULTURA

Entende-se por cultura um conjunto de elementos que caracterizam uma sociedade. Costumes, idioma, religião, culinária, vestimentas entre outros elementos constituem aquilo que se entende por cultura.

DIVERSIDADE CULTURAL E GLOBALIZAÇÃO

A globalização intensificou as relações entre os países nos mais diversos campos: econômicos e comerciais, culturais, políticos e sociais.

Concomitante à globalização, houve um grande avanço das tecnologias de transporte e de comunicação.

Esses elementos contribuíram também para a intensificação das migrações, o que gera o aumento da diversidade cultural em nossas sociedades.

DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO

A discriminação de gênero, também conhecida como sexismo, é a diferenciação injusta com base no gênero de uma pessoa. Isso afeta desproporcionalmente mulheres, meninas e pessoas LGBTQ+.

O combate à discriminação de gênero envolve a promoção da igualdade de oportunidades, o empoderamento de mulheres e meninas e a desconstrução de estereótipos de gênero prejudiciais.

- Igualdade de Gênero: garantir que mulheres e homens tenham as mesmas oportunidades em educação, emprego, política e todas as esferas da vida.
- Educação e Conscientização: promover a educação sobre questões de gênero e o impacto da discriminação.

ESCOLA VOLTADA PARA A DIVERSIDADE

Nesse contexto, a escola deve contemplar a diversidade, preparando cidadãos para as sociedades multiculturais, promovendo o diálogo intercultural e ressaltando as vantagens do contato com as diferentes culturas como forma de desenvolvimento cultural e social.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A questão das relações étnico-raciais no Brasil é um tema central quando se discute educação e cidadania. Historicamente marcado por um passado de escravidão e desigualdade social, o país ainda enfrenta os reflexos do racismo estrutural, presente em diversas esferas da sociedade. Nesse contexto, a escola se torna um espaço crucial para a formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de compreender e enfrentar as discriminações raciais.

A educação das relações étnico-raciais emerge, assim, como um dos pilares para promover a igualdade e a valorização da diversidade cultural no ambiente escolar. O objetivo não é apenas combater o racismo de forma reativa, mas também inserir as contribuições afro-brasileiras e indígenas no currículo, de modo que todos os alunos compreendam a complexidade e a riqueza da nossa história e cultura.

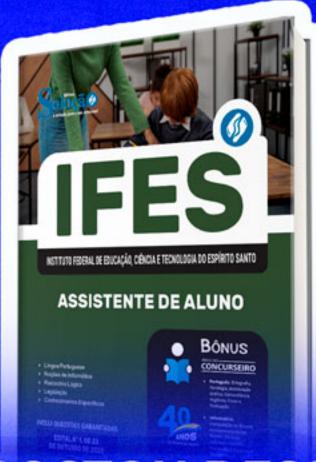
Nesse sentido, a escola ocupa um papel fundamental na desconstrução de preconceitos e na formação de um espaço inclusivo e respeitoso. Além dos professores e gestores, o auxiliar escolar também desempenha uma função essencial nessa missão. Atuando diretamente no cotidiano escolar, esse profissional pode ser um agente importante na promoção de um ambiente que valorize a diversidade, sendo capacitado para identificar e lidar com situações de preconceito e discriminação.

Com a implementação da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, a educação das relações étnico-raciais passou a ser reconhecida como um direito de todos os alunos. No entanto, apesar dos avanços, a prática educativa ainda enfrenta desafios significativos na efetivação dessa legislação e na transformação dos discursos em ações concretas.

A formação de uma sociedade mais justa e igualitária depende, em grande parte, de como as escolas — em seus diferentes níveis e com a participação de todos os seus profissionais — abordam essas questões.







GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão COMPLETA vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o DESCONTO EXCLUSIVO que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!